

2

Metodologia e Critérios Empregados no Brasil para Classificar os Estratos Sociais

“A concentração de renda no Brasil gerou cinco categorias de grupos sociais, segundo indicadores do desenvolvimento publicados há um mês pelo Banco Mundial: os miseráveis, que correspondem a 24 milhões; os pobres, 30 milhões; os quase pobres, 60 milhões; [observe que não são "quase classe média" a classe média, 50 milhões, e os ricos, 2 milhões.”

“Ação cidadão” - Revista Política BR, 17 de junho de 2000

2.1

Considerações gerais

Tendo em vista que o objetivo do trabalho é delinear um indicador sócio econômico mais amplo e eficiente para consumidores em áreas urbanas, é imprescindível um breve resumo da metodologia usada para dividir a população brasileira entre os estratos sociais. Neste sentido, será apresentada a padronização ABA/ABIPEME (Associação Brasileira de Anunciantes/Associação Brasileira dos Institutos de Mercado), e o atual método de classificação social adotado pelo país, o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) ou simplesmente Critério Brasil.

2.2

Para que um Índice que Avalia a Condição Sócio-econômica?

De acordo com Mattar (1996), a motivação para criar uma metodologia com critérios padronizados de classificação dos consumidores em distintas classes sociais surgiu das práticas de marketing adotadas pelas agências de propaganda. Era preciso segmentar o mercado a fim de que cada empresa soubesse onde estava o seu público alvo. Ainda fazia-se necessário obter uma linguagem comum entre as diversas pesquisas de mercado. No Brasil não havia, até 1970, um critério único, objetivo e geral, de classificação sócio-econômica dos consumidores. Na

medida que algumas empresas passaram a adotar práticas de marketing, principalmente a segmentação de mercado, surgiu a necessidade de se dispor de um critério de estratificação que facilitasse essas práticas. Na ausência de critério único, cada empresa, cada agência de pesquisa, acabava estabelecendo o seu próprio. Segundo Mattar (1996), o que se por um lado atendia de imediato às suas necessidades, por outro criava um grande problema, pois impedia o intercâmbio e até a comunicação entre empresas, agências de pesquisa, agências de propaganda e veículos de comunicação, já que não se falava a mesma língua.

2.3

Origem e Histórico

2.3.1

Antecedentes do Sistema ABA/ABIPEME (1982)

Desde 1970, diferentes critérios de classificação social foram criados. O primeiro critério ABA (1970) baseava-se na existência de quatro classes A, B, C, D e atribuía pontos à posse de determinados itens (TV, rádio, automóveis, entre outros). Quanto maior a pontuação, melhor a situação na qual o indivíduo ficava entre as classes. Com o tempo, inúmeras críticas a este método apareceram, entre as quais, o fato da classe A ter uma dimensão maior que o seu tamanho real. Segundo o método, 10% da população foram tidos como classe A. Assim, as pressões pelo aprimoramento do sistema estimularam maiores estudos que permitissem chegar a um sistema sem as falhas do anterior.

Em 1974, um segundo critério de classificação, com apenas uma pequena alteração no método de 1970, foi apresentado à ABA. Permanecia tudo exatamente igual, exceto que as classes sociais que foram divididas em oito subclasses: A1, A2, B1, B2, C1, C2, D1, D2. Contudo, novamente surgiram críticas ao método recém criado.

Em 1978, a ABIPEME se compromete a estudar mais profundamente o assunto e a criar um novo critério de classificação a ser submetido à ABA. Após este período, em 1982, a ABIPEME encaminha sua proposta à ABA sendo a mesma aprovada pelas duas associações. Surge então a metodologia conhecida como critério ABA/ABIPEME. Entretanto, as discussões acerca dos métodos de

classificação das classes sociais não se encerram com esta metodologia. Muitas divergências continuaram existindo.

Em 1991, Pergentino N. Almeida e Hilda Wickerhauser elaboraram uma nova proposta que não foi aceita por todos os membros da ABIPEME. Esta situação gerou uma divisão nesta associação entre os que concordavam e os que discordavam com a proposta de 1991. Estes últimos saem da ABIPEME e fundam a ANEP (Associação Nacional das Empresas de Pesquisas) adotando o critério ABA/ABIPEME (1982). A nova proposta aceita pelos membros que permaneceram na ABIPEME, passou a chamar-se Critério ABIPEME.

Atualmente, o método ABA/ABIPEME e o método ABIPEME foram substituídos pelo Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), passando a haver no país uma unidade em torno desse sistema no que se refere a classificação dos consumidores em categorias econômicas.

Vale a ressalva que, apesar das controvérsias entre os vários sistemas criados, a essência deles vem se mantendo a mesma ao longo do tempo (Mattar, 1996).

2.3.2

Qual a razão de tanta controvérsia?

A metodologia, no geral, é muito semelhante àquela utilizada por Chapin (1933) para desenvolver a escala socioeconômica com base nos bens e objetos da sala de estar. O princípio básico da metodologia empregada é o de se descobrir itens de conforto que tenham uma forte correlação com renda familiar. Uma vez descobertos quais são esses itens discriminadores da renda, procura-se estabelecer um sistema de pontuação (ou pesos) que, atribuídos à posse desses itens (e, às vezes, ao número de itens possuídos), vão permitir saber qual é a pontuação total desse indivíduo ou família. Um sistema de cortes na escala de pontuação passa a permitir que se classifique cada indivíduo ou família pesquisada em um estrato social.

Chapin foi um dos primeiros sociólogos a tentar descrever o status social de uma pessoa de acordo com sua posse de utensílios domésticos. Mais tarde Guttman (1942) sentiu a necessidade de revisar a escala de Chapin. Guttman apresentou as seguintes explicações para revisão dos pesos atribuídos aos

utensílios bem como a pontuação de cada item no cômputo final da escala de Chapin: a necessidade de atualização periódica da escala, a dificuldade de discriminar diferentes estratos e também a dificuldade de coleta dos dados nas residências.

Não é o objetivo deste trabalho discutir as questões sociológicas ou sobre a história das diferentes formas de classificação sócio-econômica que foram sendo apresentados à sociedade com os anos. Recomendamos para o leitor o artigo de Mattar (1995 a 1997) ou (Guttman, 1942).

Da mesma forma que o sistema proposto por Chapin (1933) teve de ser reformulado por Guttman (1942) para poder ser utilizado, pois se encontrava desatualizado, os sistemas utilizados no Brasil também têm tido problemas semelhantes e também precisam ser reformulados periodicamente para serem adequadamente utilizados.

O problema dos métodos está na utilização de variáveis/indicadores que são inadequados por não terem estabilidade ao longo do tempo e por serem pouco discriminadores dos estratos da população.

Segundo Mattar (1995) “Os estudiosos e praticantes de Marketing conhecem a prática de segmentar o mercado em função do seu poder de consumo, ao se lançar um produto inovador que tenha uma tecnologia avançada (tais como: videocassete, telefone celular, forno de microondas, TV com tela grande etc.) pratica-se a estratégia de maximização da desnatação do mercado. Essa estratégia consiste em se estabelecer deliberadamente o preço elevado para o produto inovador, de tal forma que esteja ao alcance para adoção de apenas algum(s) segmento(s) de maior poder aquisitivo do mercado. À medida que o volume de vendas cai, em função do esgotamento desse(s) segmento(s), a empresa reduz um pouco o preço para tornar o produto acessível ao próximo segmento em termos de poder aquisitivo, e assim, sucessivamente, até atingir, no final do processo, a todo o mercado desejado”.

Dessa forma, se determinados produtos em função da estratégia de preços praticada, em certos momentos, só são acessíveis aos segmentos de maior poder aquisitivo, não faz sentido utilizar-se a posse/não posse e número de itens possuídos desses mesmos produtos para classificar consumidores em estratos sociais, pois à medida que a empresa for alterando o preço para baixo, conforme a estratégia já descrita, estratos sociais de menor poder aquisitivo passam a ter

acesso a esses produtos e não o contrário (que a posse desses produtos determinem o estrato social dos indivíduos e famílias).

Podemos dar um exemplo bem prático nos dias de hoje, que reflete perfeitamente o pensamento de Mattar. A cada ano que passa, os telefones celulares com suas tecnologias diversas e itens de conforto são despejados no mercado de consumo. Sempre com preços elevadíssimos e à medida que a tecnologia vai se tornando obsoleta, a chegada de uma nova tecnologia toma o lugar da anterior. Assim o que era apenas de uso de estratos sociais mais castos se torna de uso comum para a população a preços mais razoáveis. É claro que existem itens que podem ser diferenciáveis na adoção de qualquer critério e que talvez nunca sejam desatualizados com o tempo. É o caso de casas luxuosas, iates, viagens a passeio ao exterior e etc.

2.3.3

Uma abordagem histórica

A ABIPEME, trabalhando com os dados de pesquisa realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro em 1.200 domicílios, em 1976, pelo Instituto de Estudos Sociais e Econômicos (Inese), como resultado inclui os seguintes itens como indicadores da variável renda: número de banheiros, número de cômodos do domicílio, número de empregadas mensalista, enceradeira, máquina de lavar roupa, TV em cores, TV em preto e branco, geladeira, batedeira, automóvel, aspirador de pó, grau de instrução, rádio, empregada diarista e condicionador de ar. Nos indicadores objetos constavam apenas sua posse ou não. Não era perguntado o número de itens possuídos. Todos esses indicadores foram correlacionados à variável renda, com exceção da empregada diarista e condicionador de ar, em virtude de, respectivamente, imprecisão do conceito e variações regionais. O método utilizado foi a técnica de análise de regressão clássica realizada passo-a-passo, a fim de se obter uma função linear que relacionasse renda com os demais indicadores. A análise de regressão passo-a-passo permite a inclusão na equação de uma variável por vez. Em cada passo é incluída a variável que explica a maior parte da variância residual da variável renda. Os indicadores que não contribuem, significativamente, para a elevação do índice de correlação múltipla, são abandonados. Cada indicador recebe um peso

proporcional ao seu coeficiente de regressão múltipla. A soma ponderada desses indicadores passa a constituir a escala do critério.

Essa primeira proposta de reformulação foi abandonada, pois constatou-se que seu coeficiente de correlação geral com renda (0,736) era menor do que o do Critério ABA (0,739), então em vigor.

2.3.4

Segundo Estudo para Reformulação do Critério ABA

Procedeu-se, então, a novo estudo, utilizando-se a mesma metodologia, com os dados disponíveis de outra pesquisa, realizada pelo Instituto Gallup em uma amostra probabilística de 1.712 domicílios de São Paulo e Rio de Janeiro, de outubro a novembro de 1977. Neste novo estudo foram consideradas informações não só sobre a posse, mas também sobre a quantidade de unidades possuídas de cada item, com exceção de aspirador de pó e máquina de lavar, dos quais apenas constava sua posse ou não. Os indicadores estudados foram: TV, geladeira, rádio, aspirador de pó, máquina de lavar roupa, automóvel, empregada, banheiro, grau de instrução, água encanada.

Através de correlações passo-a-passo e correlações múltiplas com a renda familiar, procedeu-se à análise para estabelecer os itens definitivos a serem incluídos no critério e os seus respectivos pesos. Esse novo estudo – o segundo de 1978 – apresentava correlação maior com renda (0,794) do que o Critério ABA (0,739), em utilização, e o estudo anterior (0,736) – o primeiro de 1978. Foi, então, aprovado e passou a ser utilizado a partir de 1979, quando as duas instituições (ABA e ABIPEME) passaram a recomendar a seus associados a sua adoção.

No entanto, antes mesmo de sua implantação, essa proposta foi duramente criticada por diversos especialistas da área (sociólogos e consultores de marketing), discordando da forma como foi criado, não refletindo assim a veracidade das classes brasileiras.

2.4

O Método Utilizado

2.4.1

Critério ABA/ABIPEME (1982)

Segundo Mattar (1995), o conceito de classe social, pelo critério ABA/ABIPEME, pode ser entendido como o poder aquisitivo das famílias mensurado através da renda familiar. Os motivos que justificam esta abordagem ao termo foram apresentados em um documento feito pela ABIPEME (responsável pelos estudos que deram origem ao critério) e publicado pela revista Mercado Global em 1984:

"Para o pesquisador de mercado, para o publicitário, para o homem de marketing, as definições sociológicas de classe são de pouca valia. O sociólogo define classe segundo o critério que ele julga discriminante de grupos sociais, nos processos sociais que visa a descrever. Analogamente, ao estudar o mercado consumidor, devemos definir classes sócio-econômicas segundo variáveis capazes de discriminar grupos sociais, nos processos de consumo. Uma dessas variáveis seria a **aptidão para o consumo**. Estar apto para o consumo implica ter poder aquisitivo, mas implica também ter condições culturais e de estilo de vida que predisponham ao consumo. As dificuldades de operacionalização dessas variáveis, no entanto, são muitas, a começar pela sua clara definição. Estudos têm sido feitos na Europa com o objetivo de estabelecer classes segundo estilo de vida. Esse caminho deverá ser trilhado também no Brasil. Por ora, limitamo-nos à classificação segundo poder aquisitivo, operacionalizado como **renda familiar**".

Revista Mercado Global, 1984

Este trecho traduz claramente a forma como importantes aspectos sociais tais como ocupação do chefe de família, local, tipo e tamanho da residência, bens móveis, viagens ao exterior, entre outros, são ignorados pelo sistema de 1982. Alguns críticos argumentam que a definição de classe social, neste contexto, na verdade, refere-se aos estratos econômicos.

A razão de classificar a população em cinco segmentos pode ser explicada por um estudo feito por Pergentino M. Almeida e Hilda Wickerhauser para a criação de uma nova proposta de metodologia em 1991. Conforme foi constatado

por eles, quanto maior o número de classes consideradas, geralmente quando superior a cinco, a porcentagem da classe mais alta decresce muito podendo ser inferior a 1%. Esse percentual é desprezível quando comparado ao total da população, de modo que, na prática de marketing, este estrato tornaria-se irrelevante. Logo, há vantagens em considerar quatro ou cinco categorias no máximo.

Para o método ABA/ABIPEME, a renda familiar é um dos principais critérios de escolha das variáveis/indicadores que permitirão classificar os indivíduos entre as classes A, B, C, D, E, mas não o único. As variáveis empregadas além de permitir estimar a renda familiar também deveriam possibilitar:

- Facilidade de resposta e praticidade de obtenção de informação, mesmo em condições adversas de campo (como, por exemplo, em entrevistas rápidas, em lugares públicos);
- a informação necessária deve ser disponível para o entrevistado, sem ambigüidade ou dúvidas, mesmo que ele não seja chefe de família ou dona de casa;
- facilidade de pré-codificação para processamento eletrônico;
- correlação com a renda;
- o sistema deve refletir, em mercados diversos, as diferentes situações vigentes nas respectivas populações, em termos de incidência de classe;
- o novo sistema, necessariamente, deve proporcionar maior distribuição nos extremos (isto é, nas classes mais altas e mais baixas em especial nas metrópoles" (Mattar, 1995).

Os responsáveis pela elaboração do sistema acreditavam que, durante a coleta dos dados, algumas pessoas poderiam se recusar a responder diretamente o valor de sua renda. Portanto, o método de classificação dos consumidores entre as classes deveria empregar variáveis que pudessem garantir uma boa estimativa da renda doméstica. As variáveis escolhidas ainda deveriam contornar eventuais dificuldades tais como desatualização das informações devido a aumentos salariais e inflação.

Com este objetivo, foram selecionados oito indicadores discriminantes da renda: número de rádios, TV em cores, automóveis, aspirador de pó, máquina de

lavar roupa, geladeira, empregada mensalista, banheiros e nível educacional do chefe de família. Em seguida, atribui-se pontos à posse destes itens. Conforme a pontuação de corte das classes, o indivíduo é classificado respectivamente entre os estratos a partir dos pontos obtidos. A tabela 1 resume a regra de distribuição dos pontos.

Itens	Não tem	Tem 1	Tem 2	Tem 3	Tem 4	Tem 5	Tem 6 ou +
tv	0	2	4	6	8	10	12
radio	0	1	2	3	4	5	6
banheiro	0	2	4	6	8	10	12
carro	0	4	8	12	16	16	16
empregada	0	6	12	18	24	24	24

Tabela 1 - Critério ABA/ABIPEME de 1982

Itens	Pontos
aspirador	5
Maq. lavar	2

Tabela 1 - Critério ABA/ABIPEME de 1982

Analfabeto / primário incompleto	0
Primário completo	1
Ginasial completo	3
Colegial completo	5
Superior completo	10

Tabela 2 - Pontuação para grau de instrução

Classe A	35 ou +	Classe alta
Classe B	21---34	Classe Média
Classe C	10---20	Média Baixa
Classe D	5---9	Pobre
Classe E	0---4	Muito Pobre

Tabela 3 - Pontuação de corte. Fonte: Mattar (1995).

É importante salientar que a amostra de estudo que constituiu o critério ABA/ABIPEME se restringiu aos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo. O número limite de corte para as classes foi definido observando-se que 70% da amostra de cada estrato tinham rendas aproximadas. Chama-se a atenção para o fato deste sistema de 1982 não considerar diretamente a variável renda familiar. Portanto, esta metodologia não define valores de renda para a inclusão das famílias em qualquer uma das classes.

2.4.2

Critério de Classificação Econômica Brasil (2003) – CCE

O CCEB foi produzido pela ANEP, aprovado pela ABA e aceito pela ABIPEME. Este sistema tem como função, tal como o método ABA/ABIPEME, estimar o potencial de compra das famílias e segmentar o mercado em classes econômicas. Contudo, não se pretende dividir a sociedade em classes sociais.

O Critério Brasil, atualizado em janeiro de 2003, é muito parecido com a metodologia ABA/ABIPEME abordada anteriormente. Permanece o sistema de atribuição de pontos a quantidade de determinados itens que o indivíduo possui, porém, são considerados 10 itens e não mais 8 itens como no critério anterior. Acrescenta-se, o freezer e o DVD/vídeo. Além disso, os estratos A e B são subdivididos em dois: A1, A2, B1, B2. As tabelas 4, 5 e 6 a seguir resumem o método.

Itens	Não tem	Tem 1	Tem 2	Tem 3	Tem 4 ou +
tv	0	2	3	4	5
radio	0	1	2	3	4
banheiro	0	2	3	4	4
carro	0	2	4	5	5
empregada	0	2	4	4	4
aspirador	0	1	1	1	1
Maq. lavar	0	1	1	1	1
Vídeo/DVD	0	2	2	2	2
geladeira	0	2	2	2	2
freezer	0	1	1	1	1

Tabela 4 - Pontuação do Critério Brasil

Analfabeto / primário incompleto	0
Primário completo / ginásial incompleto	1
Ginásial completo / colegial incompleto	2
Colegial completo / superior incompleto	3
Superior completo	5

Tabela 5 - Pontuação para grau de instrução do Chefe de família no Critério Brasil

Classe	Pontos
A1	30---34
A2	26---29
B1	21---24
B2	17---20
C	11---16
D	6---10

Tabela 6 - Pontuação do corte no Critério Brasil

2.5

Uma comparação entre os métodos ABA/ABIPEME e CCEB

A comparação entre o método ABA/ABIPEME e o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) permite observar algumas diferenças metodológicas entre ambos os sistemas. Em relação aos itens considerados como critério para a pontuação, o método CCEB inclui o freezer e o vídeo/DVD que no método ABA/ABIPEME não são contabilizados. Quanto aos itens em comum, a principal diferença está na atribuição de pontos aos mesmos.

Como pode ser verificado nas tabelas 4, 5 e 6, no Critério Brasil, a posse de cada aparelho recebe uma pontuação, no geral, bem inferior à pontuação utilizada pelo método de 1982. Este último é bem mais generoso ao pontuar a posse dos brasileiros. No caso de automóveis, empregada mensalista e aspirador de pó, por exemplo, esta diferença na distribuição de pontos é bastante expressiva como mostram as tabelas abaixo.

método	0	1	2	3	4	5	6
	unid	unid	unid	unid	unid	unid	unid ou +
ABA/ABIPEME	0	4	8	12	16	16	16
CCEB	0	2	4	5	5	5	5

Tabela 7 - Pontos atribuídos a automóvel pelos critérios ABA/ABIPEME e CCEB.

Fonte: metodologia CCEB e ABA/ABIPEME

método	0	1	2	3	4	5	6
	unid	unid	unid	unid	unid	unid	unid ou +
ABA/ABIPEME	0	6	12	18	24	24	24
CCEB	0	2	4	4	4	4	4

Tabela 8 - Pontos atribuídos a empregada mensalista pelos critérios ABA/ABIPEME e CCEB. Fonte: metodologia CCEB e ABA/ABIPEME.

método	0	1	2	3	4	5	6
	unid	unid	unid	unid	unid	unid	unid ou +
ABA/ABIPEME	5	5	5	5	5	5	5
CCEB	0	1	1	1	1	1	1

Tabela 9 - Pontos atribuídos ao aspirador de pó pelos critérios ABA/ABIPEME e CCEB. Fonte: metodologia CCEB e ABA/ABIPEME.

Também a pontuação relativa ao grau de instrução do chefe de família é maior no critério ABA/ABIPEME do que no Critério Brasil. Para o nível superior completo essa diferença de pontos chega a ser o dobro entre um método e outro.

Além da disparidade entre as duas metodologias no que se refere a atribuição de pontos à posse dos itens analisados, observa-se que os limites dos intervalos, estabelecidos para cada classe, pelo método ABA/ABIPEME, quando comparado aos limites dos intervalos definidos pelo Critério Brasil, não apresentam, proporcionalmente à diferença constatada no sistema de pontuação, amplitudes suficientemente maiores (tabela 3 e 6). Logo, supõe-se que a metodologia ABA/ABIPEME, ao superpontuar os indivíduos em relação ao

CCEB sem a contrapartida de intervalos para os distintos segmentos grandes o bastante, superclassifique os consumidores entre as categorias econômicas.

Reitera-se que, como nas classes mais pobres existem menos aparelhos a serem pontuados, a disparidade na distribuição de pontos pelos os dois sistemas é percebida, principalmente, nas categorias mais altas onde há uma maior variedade no tipo e na quantidade de aparelhos possuídos.

A comparação de ambas as sistematizações permite concluir que a metodologia ABA/ABIPEME, em relação ao Critério Brasil, superestima a classificação dos indivíduos pertencentes a classe mais alta da sociedade e subestima a classificação das pessoas incluídas na classe mais baixa E

Obviamente, como o poder de compra da classe A é maior que o da classe E, a superclassificação observada no segmento A, pelo sistema ABA/ABIPEME, em publicidade, implica em distorções mais graves que a subclassificação dos consumidores na categoria E (ABA/ABIPEME).

De qualquer forma, independente das modificações nos resultados das pesquisas serem grandes ou pequenas, conforme a metodologia empregada, essa discussão comparando os métodos ABA/ABIPEME e o Critério Brasil não pretendeu apontar um ou outro sistema como melhor ou pior. Destaca-se que o importante é saber que pesquisas feitas com métodos distintos não podem ser comparadas sem ressalvas, ou seja, é preciso esclarecer que nem todas as conclusões obtidas num trabalho baseado na classificação ABA/ABIPEME podem ser trazidas à uma pesquisa fundamentada no Critério Brasil e vice-versa.

2.6

Considerações Finais

Ao discutir os critérios de classificação dos indivíduos entre as classes econômicas, conforme a sua capacidade de consumo, este capítulo apresentou as razões pelas quais esta distinção entre os consumidores é essencial nas pesquisas e estudos que orientam as estratégias de negócios das empresas.

A metodologia ABA/ABIPEME e o Critério de Classificação Brasil, bem como a comparação feita para ambos os métodos, são os alicerces que motivaram a busca de um critério de indicador sócio econômico via a *Teoria da Resposta ao Item* (TRI).

Sendo assim, a partir das informações deste capítulo, acredita-se ser possível criar a idéia de quem é o cidadão de referência das classes A, B, C, D, E. Este entendimento é essencial para a perfeita compreensão das constatações e conclusões dos próximos capítulos.